

A discussão política da dívida, proposta da OEA

1 1 AGO 1983

EDGARDO COSTA REIS

Correspondente

WASHINGTON — A iniciativa de levar o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento a uma discussão regional em nível político, e não apenas técnico, recebeu ontem novo impulso. O Governo da Venezuela e a Organização dos Estados Americanos (OEA) firmaram acordo para a realização de uma conferência extraordinária ministerial, no próximo mês, em Caracas.

A idéia da "Conferência Especializada Extraordinária Sobre Financiamento Externo" foi aprovada em outubro passado, na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social (Cies), mas sofreu certo esvaziamento, por causa da oposição dos Estados Unidos. Os americanos acharam que a conferência poderia ser interpretada como um encontro do clube de devedores.

Embora se reconheça que será difícil afastar a idéia de uma reunião de um clube de devedores, a OEA acha essencial a discussão política de um problema financeiro.

— Acredito que todos os Estados que fazem parte da OEA comparecerão à reunião com a intenção de um diálogo, capaz de estabelecer as bases de um programa que diminua as tremendas pressões financeiras e econômicas que sofrem nossos Governos — disse o Secretário-Geral Adjunto da OEA, Val Mc Comie, ao marcar a data — de 5 a 9 de setembro — para a Conferência.

O temário incluirá dois pontos principais:

a — Situação atual e perspectiva de financiamento externo na região (incluindo comércio e medidas políticas que possam facilitar esse fluxo); e

b — Análise global da dívida externa, com particular interesse na renegociação das dívidas e no for-

talecimento das instituições de desenvolvimento.

— A discussão tem que ser política e não técnica — observou um diplomata da OEA.

Para ser política, precisará ter o apoio dos Governos da região, no sentido de que enviem ministros como representantes; essa é a única forma de não cair numa discussão simplesmente técnica, como tradicionalmente acontece.

A participação dos Estados Unidos daria maior peso ao encontro, que aceitará observadores de instituições governamentais internacionais (exceção feita ao Fundo Monetário Internacional-FMI) e do setor financeiro privado.

A aceitação dos observadores ficará por conta do Governo venezuelano, que no momento estuda a aprovação do pedido do Bank of America, o maior banco americano, para enviar um representante.

A presença americana continua duvidosa. A OEA espera que o novo Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Anthony Langhorne Motley, seja sensível à iniciativa e venda a idéia ao Secretário de Estado, George Shultz. A Venezuela está se esforçando para atrair os Estados Unidos e pretende convidar o Secretário americano do Tesouro, Donald Regan, para a reunião. As primeiras sondagens já foram feitas e o Secretário americano teria mostrado interesse em participar, caso o Brasil também fosse representado por seu Ministro.

Um dos encarregados de promover e planejar a reunião de Caracas é o brasileiro Diogo de Figueiredo, Secretário-Executivo da OEA para Assuntos Econômicos e Sociais. Segundo ele, o tratamento internacional do tema da crise financeira tem deixado a desejar.

A ninguém convence que as respostas de urgência, como as do Fundo Monetário, possam reconduzir os países em crise de liquidez à retomada do desenvolvimento, disse.